

Canal Energia – 15/01/2014

Modelagem do setor está descalibrada, aponta **Acende Brasil**

http://canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Operacao_e_Manutencao.asp?id=99238

Estudo divulgado mostra descompasso entre a vida real e as projeções no sistema elétrico, mas risco de déficit é pequeno

Mauricio Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Operação e Manutenção

O risco de déficit no fornecimento é baixo para os próximos anos, média de preços mais elevada do que no passado, energia armazenada real abaixo do projetado. Um estudo do Instituto Acende Brasil identificou esse retrato no sistema elétrico nacional na nona edição do Programa Energia Transparente. Na avaliação da entidade, a raiz de todo esse cenário está na modelagem que é utilizada tanto para o planejamento quanto a operação.

De acordo com o presidente do instituto, **Cláudio Sales**, a modelagem está na raiz dos problemas verificados nesta edição. Contudo, há espaço para se implementar mudanças, que aliás, destacou ele, teve importantes alterações com a incorporação da CVaR para a formação do Preço de Liquidação das Diferenças. "Temos duas situações mas em comum está a modelagem na raiz de tudo", afirmou **Sales**.

"A modelagem tem que ser mais precisa e se aproximar da realidade das projeções do setor elétrico. Hoje há defasagem entre as duas pontas. Já existem avanços mas ainda precisamos de mais acurácia", acrescentou ele. O problema, relatou o executivo, está na demora com que as mudanças ocorrem em função da sua complexidade, pois tem a necessidade de serem testadas para comprovarem sua eficácia.

No estudo apresentado, a entidade apontou dois problemas principais. O primeiro decorre da falta de precisão da modelagem quando se compara as previsões e a operação real do sistema em termos de planejamento, comercialização e operação do SIN. O estudo procurou avaliar a capacidade do sistema elétrico brasileiro por meio da geração hidrelétrica futura, representada pelo nível de armazenamento de água nos reservatórios.

Em simulações realizadas pela Thymos Energia com dados reais do ano de 2011, foi alcançado um resultado que surpreendeu pela diferença entre o real e o projetado. De janeiro a junho o erro médio nesse período ficou em 10,7% sendo que deste indicador 9,8% deveu-se a erro de modelagem, 0,1% devido a erro de projeção de oferta e 0,8% a erro na projeção da carga.

Apesar do erro da modelagem, o estudo não identificou um risco significativo de déficit de fornecimento para os próximos anos em nenhum dos cenários analisados. Mas por outro lado, destacou Sales, há uma presença cada vez maior das térmicas em operação no sistema elétrico nacional, o que eleva o custo da energia estruturalmente porque os reservatórios estão sendo cada vez menores em relação à sua capacidade de regularização.

"Em 12 anos essa capacidade caiu de cerca de seis meses e meio para a casa de quatro meses e meio", disse Sales. "O erro de modelagem que percebemos tem algumas causas prováveis que precisam ser estudadas, mas destaco que este modelo superestima a capacidade de armazenamento e introduz um erro. Dentre as causas está o reservatório equivalente", apontou.

Outro problema apontado pelo estudo está, apesar do baixo risco de déficit, o alto custo em função da inadequação do parque térmico. É quase um mantra no mercado que energia cara é aquela que não é gerada, mas os altos custos de quase 50% das térmicas são um aviso de que regras dos leilões devem mudar também. Sales explica que as usinas com CVU acima de R\$ 200 por MWh até aquelas cujo custo convencionou-se de chamar de Chanel 5 (que no ano passado custaram até acima de R\$ 1 mil por MWh), são as chamadas de tipo 1 e foram implantadas quando a realidade era outra.

O pensamento era de que precisávamos de térmicas para ficarem desligadas e, eventualmente, operarem por pouco tempo. Contudo, a situação do país mudou e agora o sistema hidrotérmico deve ter essas centrais em operação por muito mais tempo. Por isso, explicou, há a necessidade de termos usinas de custo de implantação mais elevado ao passo que a operação tem CVU menor que aquelas do PPT de 2001. Um dos motivos que utiliza como argumento é a pouca capacidade de regularização dos reservatórios que foi apontada anteriormente.

Além da mudança da modelagem do planejamento, afirmou ele, deveríamos ver regras mais flexíveis no leilão, valorizar atributos como a flexibilidade, capacidade de operar sob demanda e a sua localização. Além disso, outra mudança importante seria na regra para o fornecimento do combustível. O acordo de fornecimento de gás natural poderia ser pré-acertado para os empreendimentos cadastrados, mas efetivamente fechado para as usinas que fechassem contratos. "Da forma que está é um argumento ideal para a empresa manter o mal serviço ao país nessa questão", disparou ele.